



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro iniciada a 2ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Sr. Tarcísio de Godoy, que irá discorrer acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre de 2006, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Anuncio também a presença da Secretária do Orçamento Federal, Dra. Célia Corrêa.

Para melhor ordenar os trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, sem poder ser apartado. Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo, estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrições está aberta.

Com a palavra o Dr. Tarcísio de Godoy, para fazer a exposição.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Sr. Senador José Maranhão, muito obrigado.

Está aqui presente, hoje, para cumprir um rito de extrema importância para as finanças públicas, a Dra. Célia Corrêa. Obrigado pela presença.

Cumprimento os Srs. Senadores, Deputados e demais ouvintes.

Nos últimos meses, o Brasil tem sido bastante ouvido nas comunidades internacionais, por todos os investidores. Tem sido visto como país cada vez mais propício aos investimentos. E grande parte dessa convicção por parte dos investidores internacionais é em decorrência de todo um arcabouço institucional, criado pelo Congresso Nacional, para controlar e acompanhar a realização dos resultados fiscais do Tesouro Nacional e os resultados das Contas Públicas Nacionais.

Eu suponha haver aqui um projetor, para que pudesse fazer uma apresentação dos números. Mas não importa. A meta do Governo Federal para o exercício de 2006, conforme previsto no Decreto nº 5.983 de 2006, e conforme estipulado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi plenamente cumprida pelo oitavo ano consecutivo.

É importante registrar a relevância desse mecanismo de verificação de cumprimento da meta por esta Casa. Isso traz legitimidade, faz com que os investidores sintam a seriedade com que as finanças públicas do Brasil estão sendo conduzidas.

O ponto de vista que eu gostaria de destacar é de que, entre as metas estipuladas de janeiro a dezembro pelo Decreto nº 5.983, que previam um Resultado Primário, para fins de cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 62,4 bilhões, o Governo Federal as cumpriu com um resultado de 64,9 bilhões; portanto, superior em 2,5 bilhões de reais, equivalentes a 0,1% do Produto Interno Bruto. Isso significa um desvio de somente 4% em relação à meta, o que nos permite dizer que a meta foi cumprida quase estritamente ao que estava previsto no decreto.

Há uma apresentação disponível para os senhores. Na projeção nº 4, nós mostramos todas as variações da grade de parâmetros considerada para a avaliação bimestral das receitas e das despesas, o que mostra que o desvio realizado, entre o executado e o planejado, foi basicamente em decorrência da avaliação do PIB Nominal, previsto inicialmente, no último decreto, para ser de 2,071 trilhões de reais. Ocorre que o PIB observado atingiu 2,088 trilhões de reais.

Os Srs. Parlamentares que se dispuserem a ver a apresentação não de observar que, desde o ano de 2000, as estatísticas fiscais, a considerar tanto a nova metodologia quanto a metodologia anterior, indicam uma performance do Governo central consistente com o previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. No exercício de 2006, seguindo-se determinação estrita do Governo Federal no sentido de que o resultado fosse o mais aderente possível ao estipulado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que excedeu ao previsto foi somente 0,1% do PIB. E a boa novidade é que a Dívida Líquida do Setor Público continua em trajetória de queda, agora num patamar menor. A Dívida Líquida do Setor Público, no final de 2006, sob a nova metodologia do PIB, divulgada pelo IBGE, atinge o patamar de 44,9%, com previsão de que vai continuar em redução até o ano de 2010.

Eu acho que esse é um dos principais elementos de que gostaria de falar, ou seja, sobre os resultados de 2006, para permitir que os senhores possam fazer algum tipo de interlocução. Mas gostaria de ir além e informar que, de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias já enviado ao Legislativo, há também a previsão de o Resultado Corrente se mantenha nos mesmos patamares, o que representará, agora com a nova base do PIB, um percentual menor; representará 3,8%. Como também o percentual para gastos com o PPI representará um valor corrente igual ao anteriormente previsto — mas percentualmente, em relação ao PIB, um valor menor, de 0,45%.

Sob essas condições, a previsão é de que a Dívida Líquida atinja algo bem próximo a 36% do Produto Interno Bruto ao final de 2010. Em algum momento, entre 2008 e 2009, ultrapassaremos um imaginário de 40% da dívida do PIB,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que é uma referência internacional bastante relevante para os investidores que esperam ambiente de negócios mais propício para investimento no Brasil.

Importante também mencionar que a previsão — e essas são as expectativas do mercado — é de que até o final de 2010 tenhamos obtido déficit nominal zero. Isso significa dizer que, se se reduzirem de todas as suas receitas, todas as despesas, incluindo aquelas referentes ao pagamento de juros, o setor público não acusará mais aumento da dívida a partir de 2010, sequer nominalmente.

Ainda na linha de aprimorar o ambiente de negócios, o Programa de Aceleração do Crescimento prevê uma redução de tributos da ordem de 8,2 bilhões de reais para o exercício de 2007, e de 14,2 bilhões de reais para o exercício de 2008, permitindo que o setor privado ganhe dinamismo e que o País assuma o ritmo de crescimento desejado e necessário para que possamos reduzir nossas desigualdades.

Com relação às medidas tributárias que incrementarão ainda mais o equilíbrio fiscal, lembro que a Secretaria da Receita Federal do Brasil já está em funcionamento. Tivemos diversas discussões com Governadores, Secretários da Fazenda, Prefeitos, Senadores, Secretários de Estado, empresários, no sentido de fazer com que a reforma tributária, um importante instrumento para modernização das nossas finanças, receba novas sugestões já no segundo semestre de 2007.

Ressalto a importância da nota fiscal eletrônica (SPED), que altera o atual sistema de emissão de nota fiscal e permite substituir os livros fiscais tradicionais por notas fiscais eletrônicas com certificação digital. Certamente, a implementação da nota fiscal eletrônica trará um maior equilíbrio fiscal, uma possibilidade de aumentar a base de arrecadação, uma redução da evasão tributária, uma possibilidade de integrar os dados das 3 esferas governamentais, e, nesse sentido, trará um outro caminho para uma reforma tributária, que, originalmente, passaria somente por algum tipo de retribuição por parte do Governo Federal para alguns entes da Federação que, eventualmente, numa reforma tributária, pudessem perder arrecadação.

A partir de uma base de dados mais precisa será possível identificar as principais distorções e propor um sistema mais eficiente, o que certamente trará mais resultados para a nossa economia.

Chamo atenção também para a implementação da Lei Complementar nº 123 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, ou Super-Simples). Por intermédio dessa lei, observamos que quase 80% do total de empresas brasileiras passarão a ter que preencher tão somente um único formulário para pagar todos os tributos. Isso trará uma redução da burocracia e permitirá uma integração dos fiscais da Previdência Social, fiscais tributários municipais, estaduais e federais, de tal sorte que a elisão e a evasão fiscal serão facilmente controladas.

A extensão da CPMF e da DRU já encaminhada a esta Casa, ao Congresso Nacional, é fundamental para mantermos a capacidade alocativa de recursos dentro do Orçamento da União.

Do ponto de vista de administração da dívida pública, gostaria apenas de falar sobre algumas variações. O estoque em 31 de agosto de 2006 atingiu R\$ 1.037.379.000.000,00 milhões, e em dezembro de 2006, portanto 4 meses depois, ele já tinha aumentado R\$ 63.581.000.000,00, sendo isso explicado basicamente pela apropriação de juros nominais. A nossa dívida bruta continua sendo uma dívida que merece atenção, no sentido de administrá-la de maneira mais eficiente.

O estoque da dívida externa, em agosto de 2006, atingiu o valor de R\$ 135 bilhões e em dezembro de 2006 R\$ 143 bilhões. Novamente a explicação: a variação da dívida pública federal externa dá-se em decorrência dos juros nominais apropriados. No total, a variação nominal da dívida pública federal de responsabilidade do Tesouro Nacional atingiu R\$ 71 bilhões, dos quais R\$ 55 bilhões são explicados pela apropriação de juros nominais.

É importante ressaltar que o Tesouro Nacional pelo sétimo ano consecutivo editou o Plano Anual de Financiamento. Nesse plano, o que o Tesouro Nacional pretende é equilibrar custos e riscos e dar transparência para que os investidores possam, ao ver o Tesouro Nacional mais transparente e com capacidade de administrar seus riscos, considerar a possibilidade de alongar seus créditos contra o Tesouro Nacional, de forma a não cobrar um preço adicional nessa dívida.

Portanto, como diretrizes principais temos o alongamento do prazo médio, principalmente por meio do aumento do prazo médio emitido em ofertas públicas, a redução do percentual da dívida pública federal vincendo em 12 meses, a substituição gradual do título remunerado pela Taxa SELIC, que representa títulos de altos riscos financeiros, e pelos títulos de variação cambial por títulos de rentabilidade prefixada ou vinculada a ente de preço, o que diminui a volatilidade do vencimento da dívida pública federal e também contribui para uma maior previsibilidade para o pagamento de dívida.

Há emissões qualitativas de títulos em moedas estrangeiras, observadas as condições de mercado, e aí é importante considerarmos que mais de 80% da nossa dívida são financiados no mercado doméstico. O mercado financeiro doméstico brasileiro está entre os 10 maiores do mundo. Portanto, é um mercado altamente capaz de financiar nossa dívida. Mas é importante também que tenhamos uma referência nos mercados internacionais, para que empresas e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

corporações possam avaliar o Risco Brasil, possam fazer suas decisões de investimento baseado em uma curva de juros de longo prazo. A última emissão que o País fez em título denominado em real foi uma emissão de 20 anos a uma taxa de juros de 10,28%. Espera-se fazer uma nova emissão, também pelo prazo de 20 anos, e espera-se que essa emissão seja fechada a um taxa inferior a 9%. Essa é a expectativa.

Estamos falando de um título prefixado de 20 anos de prazo, algo pouco imaginado por qualquer agente econômico no Brasil há uns 4 ou 5 anos, e certamente essa percepção de risco, essa percepção de previsibilidade está fortemente calcada na percepção da legitimidade que esta Casa exerce, do ponto de vista de fiscalização das nossas contas.

A estratégia de financiamento da dívida pública federal, portanto, é: emissão de títulos prefixados, com prazos de 6, 12 e 24 meses, e títulos prefixados também no mercado interno, a NTN-F, com prazo de 3, 5 e 10 anos; resgate líquido dos títulos indexados à Taxa SELIC; emissão de Notas do Tesouro Nacional, série B, que são indexadas ao índice de preços com prazos de 3, 5, 10, 20, 30 anos, e títulos de 40 anos, com taxas de juros prefixadas. Não se contempla a emissão de Notas do Tesouro Nacional indexadas ao Índice Geral de Preços — IGPM. E, a exemplo do que vem ocorrendo desde 2003, não haverá emissão em 2007 de títulos cambiais.

A estratégia de financiamento da dívida pública federal, como eu já disse, é o desenvolvimento da estrutura de termo de juros em reais no mercado externo e a criação e o aperfeiçoamento de pontos na estrutura a termo de taxa de juros em dólares. E continuamos com a manutenção do resgate antecipado de títulos, observadas as condições do mercado. Então, se por um lado existe a emissão de Títulos do Tesouro Federal para constituir a sua taxa de juros de longo prazo, por outro lado aqueles títulos que estiverem sendo negociados fora das condições de mercado o Tesouro Nacional está recomprando, de forma a deixar o mercado muito líquido e muito mais previsível.

Nessa tabela apresentada agora, conseguimos mostrar como a consecução dessas diretrizes implantadas desde 2003 vem permitindo que a estrutura de dívida do Tesouro seja fortemente aprimorada. Em 2003, cerca de 77% da dívida eram vinculados à Taxa SELIC ou à variação cambial. O que se espera para o final do ano, deste ano de 2007, é que menos da metade dessa dívida seja vinculada à Taxa SELIC e à taxa de juros. Portanto, mais da metade da nossa dívida já será uma dívida prefixada.

Qual a consequência da melhora na composição de dívida? Em dezembro de 2002, 1% de variação numa desvalorização cambial produziria um aumento da dívida líquida de 0,26%. Hoje em dia, a variação de 1% no câmbio de fato produz uma redução da dívida pública. Contudo, para a variação da Taxa SELIC essa redução já não foi tão relevante, no sentido de que é importante que uma parcela da nossa dívida esteja atrelada à Taxa SELIC, na medida em que essa taxa apresenta uma trajetória de queda. Então, se eu passo toda a minha dívida para dívida prefixada, obviamente estarei mantendo uma taxa de juros acima do que imaginamos que possa ser o custo de carregamento da dívida do Tesouro. Dessa forma, o Brasil está construindo um seguro contra turbulências externas.

Quanto à dívida líquida externa total do Tesouro hoje, na verdade somos credores liquidamente, e a dívida externa líquida por ente do Governo também se têm mostrado bastante em linha com essa redução e com essa construção do seguro contra a turbulência externa.

Como o Tesouro tem atuado no mercado doméstico e no mercado externo? O gráfico em azul mostra a colocação de títulos prefixados do Tesouro no mercado interno, e o gráfico em laranja mostra a atuação do Tesouro em títulos denominados em reais no mercado externo. Os senhores vejam que no mercado interno ainda temos uma taxa de juros superior àquela do mercado externo, mas há que se considerar que o mercado interno é um mercado muito maior, e que o volume de refinanciamento da dívida no mercado interno se dá em montante bem diferente do financiado no mercado externo. O que se espera é que a nossa próxima emissão em títulos de 20 anos, prefixados, ocorra abaixo dos 9%.

O mercado doméstico também vem apresentando grandes oportunidades para que possamos construir uma curva de títulos indexada ao índice de preços. Então, o Tesouro Nacional vende títulos prefixados com 40 anos de prazo de resgate a uma taxa de 6,2% ao ano. É importante ressaltar também que a participação dos investidores estrangeiros — que têm uma propensão para investir no longo prazo, têm uma cultura de investimento a longo prazo mais desenvolvida que o investidor doméstico — nesse mercado é extremamente relevante. A participação desses investidores concentra-se nos títulos de mais longa duração.

O Tesouro, seguindo também sua política de redução da concentração de vencimento, prevê a continuação das operações de resgate antecipado de títulos de curto prazo e operações de permuta de títulos de curto prazo por títulos de longo prazo. O Tesouro, então, não só faz colocação líquida no longo prazo como também compra títulos de curto prazo, e faz a colocação de longo prazo com objetivo de dar maior equilíbrio às suas contas. Dessa forma, na dívida pública externa o que observamos é que a necessidade líquida de moeda para financiar o Tesouro em 2007 e 2008 é absolutamente condizente com a nossa capacidade de captação no mercado externo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Basicamente, são esses os pontos aos quais eu gostaria de dar ênfase no resultado de 2006 e nas operações da dívida externa de 2007. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a exposição, vamos iniciar o debate.

Comunicamos que há um orador inscrito, mas a lista de inscrições está aberta.

Eu gostaria de dizer, sem querer insistir no óbvio, que a convocação do Dr. Tarcísio Godoy obedece aos termos do Regimento Interno das duas Casas do Congresso, da nossa Resolução nº 1, e evidentemente emana dos deveres desta Comissão não somente no que respeita à elaboração do Orçamento, mas sobretudo no acompanhamento da execução do Orçamento e das políticas fiscais do Brasil, de maneira que esta Comissão tem procurado cumprir seu papel, dentro do bom funcionamento do Legislativo, e em razão disso temos convocado as autoridades do setor financeiro do País, da administração financeira do País.

Agradeço a presença ao Dr. Tarcísio Godoy. Vou ter de me retirar, mas a sessão continuará, sendo dirigida pelo competente Parlamentar Vignatti a partir das 11h.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, eu gostaria de formular uma questão de ordem antes de V.Exa. sair.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não. Peço apenas permissão a V.Exa. para concluir minha curta fala.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Tive impressão que V.Exa. já a tinha concluído, Sr. Presidente. V.Exa. desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pensar não ofende.

Então, queremos agradecer a forma objetiva, como convém a um administrador fazendário e como é mesmo a prática do setor, a forma concisa, objetiva e transparente como trouxe os dados que constitucionalmente esta Comissão tem a obrigação de ouvir dos administradores financeiros do País.

Com a palavra o Deputado Humberto Souto para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, gostaria de formular uma questão a V.Exa., que naturalmente, com o amparo da sua Assessoria, V.Exa. poderá responder.

Tenho a impressão de que estamos laborando num equívoco, Sr. Presidente. A vinda do Sr. Diretor do Tesouro é decorrência do § 4º do art. 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao que me parece, o Sr. Diretor prestou informações à Comissão com referência ao exercício de 2006, e ao meu ver sua presença aqui tem a finalidade de provar a evolução do primeiro quadrimestre de 2007, nos termos da lei, do que diz a lei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Eu gostaria de terminar minha questão de ordem. Vou demonstrar por que seria do primeiro quadrimestre de 2007 e qual é o objetivo disso.

A lei diz que o comparecimento do Sr. Diretor à Comissão em audiência pública se dará nos meses de maio, setembro e fevereiro. Ora, não é preciso ser muito inteligente para presumir que, sendo uma prestação de contas da evolução do atingimento das metas, para que se possa fazer esse acompanhamento e saber se efetivamente o País caminha na direção do atingimento dessas metas, a lei estabeleceu que ele compareceria em maio, setembro e fevereiro. Mas não tem sentido ele comparecer em maio, nem a lei especifica isso, para falar sobre a evolução das metas fiscais de 2006. Acho que está muito claro que o que a lei quis foi prevenir, foi advertir, foi que tomássemos conhecimento do que estaria fazendo o Governo para atingimento dos objetivos a que se presta a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa é a primeira observação. Tenho impressão de que a exposição do Sr. Diretor não teve finalidade, a não ser para melhorar o conhecimento dos membros da Comissão.

A outra parte é o § 6º do art. 3º, Sr. Presidente. Para que esta audiência se realize, é preciso que se remeta à Comissão com 3 dias de antecedência esse relatório, e só agora estamos tomando conhecimento dele — que é de 2006, e para mim também não interessa, até porque acho que não temos que discutir evolução da meta fiscal em 2006 depois do primeiro quadrimestre de 2007.

Essa era a questão de ordem, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero esclarecer ao Deputado Humberto Souto que realmente o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal reza que em 3 oportunidades as autoridades fazendárias deverão comparecer a esta Comissão para relatar, para permitir que a Comissão faça o acompanhamento da execução fiscal do País. É evidente que o Secretário do Tesouro falou aqui sobre a posição fiscal do País no exercício de 2006.

Quero apenas lembrar ao Deputado Humberto Souto que, devido à transição do Presidente anterior para a nossa gestão, já pegamos o bonde andando. Essa convocação deveria ter ocorrido em fevereiro. Estamos, então, marcando para o mês de maio não a apresentação prevista no § 4º, mas uma exposição sobre o relatório do exercício financeiro de 2006.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente a situação e até que o próprio Secretário diga que não teve tempo de preparar o relatório do primeiro quadrimestre e peça desculpas à Comissão, porque ele não tem de ser convocado para esse fim. S.a. tem de vir espontaneamente à Comissão, de 4 em 4 meses, para demonstrar a evolução do Orçamento.

Vou compreender perfeitamente se o Secretário disser que vai fazer uma exposição sobre 2006, porque a de 2007, que ele deveria trazer, não está pronta e que tem ainda até o fim de maio para concluí-la. Essa é uma justificativa legítima. É possível entendê-la e respeitar a posição do Tesouro quanto à prestação de contas. Mas não teremos de convocá-lo novamente. Ele deve prestar espontaneamente esses esclarecimentos que V.Exa. prestou e dizer que está à disposição para comparecer à Comissão até o final de maio para cumprir o dispositivo legal. E que o faça remetendo o material no prazo legal de 3 dias, para que possamos tomar conhecimento dele e procurar dar uma modesta contribuição, se for o caso, com as avaliações que tivermos de fazer.

Não há nenhuma retaliação ou preocupação em deixar o Sr. Secretário do Tesouro constringido, de maneira alguma. Ele fez uma bela exposição, mas é preciso entender que a Comissão tem conhecimento das coisas e está atenta ao cumprimento dos seus próprios deveres e do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Esclareço ainda ao Deputado Humberto Souto que, em virtude da Resolução nº 1, que disciplina os trabalhos desta Comissão, ela teve um hiato de funcionamento. Então, o Secretário do Tesouro não tinha como comparecer à Comissão, porque ela não existia. Passou a existir com a minha investidura e com a escolha do Relator.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, V.Exa. está muito preocupado em defender o Tesouro. Nós não temos essa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. está equivocado. Estou preocupado em defender a verdade somente.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Não estou dizendo que V.Exa. não está dizendo a verdade, defendendo o Tesouro. Estou dizendo que o Secretário do Tesouro é que tem de prestar esses esclarecimentos. Não há nenhuma retaliação, repito, nem quero comprar essa briga. Mas quero que o Sr. Secretário do Tesouro compareça à Comissão até o final de maio para que tomemos conhecimento da evolução das metas fiscais do exercício de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado Humberto Souto, sem querer repisar no assunto, que já está claro para todo mundo, não tenho preocupação alguma em defender o Secretário do Tesouro nem outra autoridade qualquer, até porque essa não é a minha função. A minha função é presidir a reunião, acompanhar os trabalhos da Comissão. Caberia ao Congresso Nacional ter ordenado as coisas de maneira diferente. Se esta Comissão tivesse começado a funcionar a partir de janeiro, é evidente que em fevereiro o Secretário do Tesouro já poderia se apresentar a ela, como está fazendo agora — inclusive por convocação da própria Comissão. A Comissão era um ente que não existia e não havia como cumprir o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque houve essa falha na elaboração da Resolução nº 1. Aliás, não houve só essa. Sabemos que, embora essa legislação represente um esforço para aprimorar o mecanismo de funcionamento desta Comissão, lamentavelmente, em certo aspecto, o tiro saiu pela culatra. O Congresso Nacional terminou editando um regulamento, um regimento que tem muitas falhas — e V.Exa. mesmo já levantou algumas — que precisam ser corrigidas. Se bem que a correção desse erro não compete à Comissão, mas ao Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Vou tentar contribuir. Acho que o Deputado Humberto Souto está solicitando uma resposta, e tenho certeza de que o Secretário do Tesouro não vai se furtar a, até o final do mês, enviar o relatório do primeiro quadrimestre. A lei já faculta isso, com a nova resolução. Temos na Comissão um comitê de acompanhamento que vai fazer o exame e apresentá-lo. Se necessário, o Secretário será convidado novamente. Essa é a melhor forma de equacionarmos a questão.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sem nenhum problema, Sr. Presidente. O meu desejo é que o Secretário do Tesouro compareça à Comissão para cumprir a lei. Só isso. Todos devemos contribuir, já que o objetivo é esse.

Suponhamos que o País não esteja crescendo o suficiente. Tenho certeza de que o nosso ex-Ministro da Fazenda poderá dar uma grande contribuição a esta Comissão no momento em que chegar aqui o relatório do primeiro quadrimestre.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Já foi dito aqui que discutiremos o relatório, abrindo o caminho para um grande 2007, quando ele o enviar. Vamos só comprovar isso. Tenho certeza de que o Secretário não se oporá a fazê-lo. Assim, resolveremos essa questão com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a leitura do relatório e decididas as questões de ordem, vamos iniciar os debates.

Está previamente inscrito o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Senador José Maranhão; senhores convidados Tarcísio Godoy e Célia Corrêa; Sras. e Srs. Deputados e Senadores: quero fazer objetivamente 3 questionamentos.

Primeiramente é preciso estabelecer aqui a relação entre superávit primário e carga tributária.

Analisando a Tabela IV — metas do Governo Federal em 2006 —, observamos um superávit primário realizado pelo Orçamento Fiscal da Seguridade Social de 51,4 bilhões contra 48,4 estabelecido para a meta referente ao exercício de 2006. Isso representa um desvio de 3 bilhões, 6,1% superior à meta. Sabemos que tal elevação deve-se, em grande parte, à carga tributária.

Na Tabela V, que trata da arrecadação e previsão de receitas de 2006, vemos o aumento da arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Física — 8,5 bilhões; 1,7% superior à previsão — e também de IPI, 4,9% superior à meta.

Diante desse contexto, desses números apresentados, V.Sa. não considera equivocada a obtenção de um superávit primário do Orçamento Fiscal da Seguridade Social muito superior à meta estabelecida no decreto, principalmente porque é à custa de carga tributária tão elevada? Isso não afeta, de alguma forma, o crescimento do PIB? Essa é a primeira pergunta que faço.

A segunda pergunta diz respeito à dívida líquida do setor público *versus* superávit primário.

Tem havido sucessivos recordes de superávites primários. Apesar disso, a dívida líquida vem aumentando, segundo os próprios indicadores econômicos fornecidos pelo Banco Central: em dezembro de 2004, de 957 bilhões; em dezembro de 2006, 1,07 trilhão. Como explicar isso para a sociedade? Um enorme esforço na geração de superávit não deveria gerar como benefício a redução do estoque da dívida líquida?

Por fim, quero me referir ao crescimento irrisório do PIB e à disparidade entre o valor estimado e o valor realizado. Há no Anexo II o acompanhamento ao longo dos trimestres. Já estava configurado que não iríamos atingir esses números. E somente ao final é que se busca corrigir o PIB, fazendo correções no último trimestre.

Por que somente no final do ano os decretos de contingenciamento apresentaram a previsão próxima desse crescimento irrisório do PIB?

São essas as questões que apresento ao Sr. Tarcísio Godoy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Tarcísio Godoy. S.Sa. tem 3 minutos para responder as questões.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Agradeço ao Deputado Eduardo Sciarra as questões apresentadas.

O Deputado Humberto Souto não está presente, mas quero deixar registrado que o Tesouro Nacional encaminhou a tempo, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal, o relatório do terceiro quadrimestre. Portanto, cumprimos todos os prazos e estamos à disposição desta Casa para fazer qualquer tipo de exposição.

Quanto ao relação superávit primário e ao seu excesso, a determinação do Governo Federal para o exercício de 2006 foi que seguíssemos o mais próximo possível a meta estipulada na LDO. Isso foi feito.

Para V.Exa. ter uma idéia, o excesso de 2,5 bilhões de reais foi no dia 30 de dezembro. A arrecadação foi em torno de 14 bilhões de reais. Então, há algum tipo de incerteza, tanto na receita quanto na despesa, que torna absolutamente impossível acertar o número exato. V.Exa. pode verificar que a determinação foi cumprida com o máximo de acuidade possível: 2,5 bilhões de reais, num conjunto de receitas e despesas que superam quase 1 trilhão de reais, representam um valor absolutamente preciso.

V.Exa. falou em dívida líquida e resultado primário, mas na segunda pergunta V.Exa. citou os números da dívida bruta do Governo Federal, que realmente vem aumentando. A dívida líquida do setor público como um todo vem reduzindo.

De fato, o que há é uma carga de juros necessária para manter em ordem os demais fundamentos da economia, notadamente a estabilização monetária. A sociedade brasileira entende que a estabilização monetária é importante para que haja melhor distribuição de renda e previsibilidade dos investimentos.

Para se manter esses fundamentos econômicos, principalmente a estabilidade monetária, há uma política de taxas de juros praticada pelo Banco Central, que certamente afeta a composição da nossa dívida, uma vez que o Governo Central é poupador, do ponto de vista primário. Todo aumento de dívida decorre da carga de juros necessária para poder rolar a dívida.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante ressaltar também que a dívida se constitui de uma antecipação de consumo que a sociedade fez, em algum momento. No passado, a sociedade consumiu. Ao pagar essa dívida com os encargos necessários para se manter a estabilidade monetária, tem-se a sua composição. Atualmente, não existe endividamento adicional do Governo para fazer a aquisição de nenhum outro bem. O que se está tentando é exatamente reduzir esses custos.

Como se reduz o custo da dívida? Com transparência e previsibilidade, fazendo planejamento e diversificando os produtos.

Quanto à última questão, sobre o porquê de o ajuste ocorrer somente no último trimestre, de acordo com os dados, a partir do segundo semestre, o Governo já havia percebido uma redução no nível de atividade. Outra vez, são dados estatísticos provisórios, porque se trabalha com a expectativa de qual será o PIB nominal, que inclui inflação e crescimento real, ao final de dezembro. Só se terá um número provisório em março do ano que vem e o definitivo, em setembro do ano subsequente.

Portanto, a tentativa de...

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Mas os indicadores mostravam...

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - A tentativa, nesse caso, é exatamente não antecipar algum corte de despesa. Se nesse momento tivessem sido utilizados parâmetros mais conservadores do que imaginávamos, certamente se estaria impingindo uma contenção de gastos por parte do Governo Federal e um ciclo pró-ativo de redução do crescimento do PIB. Retém-se a despesa do Governo e, assim, antecipa-se toda uma expectativa negativa. É muito importante frisar que há 9 anos as metas fixadas pelo Congresso Nacional na Lei de Diretrizes Orçamentárias são cumpridas.

Quanto menos volatilidade houver no crescimento do PIB, na taxa de inflação, mais preciso será o atingimento dessas metas. Certamente, nossa expectativa é de que o parâmetro de crescimento nominal real do PIB permaneça constante o ano todo. É diferente do que houve em 2003 e 2002. Vinha-se de uma inflação de 20%, em 2002, o que certamente trouxe muito mais volatilidade à economia. A previsibilidade é importante para todos os agentes econômicos, inclusive para o Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Presidência indaga ao Deputado Eduardo Sciarra se deseja usar o tempo permitido para a réplica.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - O Dr. Tarcísio não respondeu a nossa pergunta sobre a carga tributária. Gostaria de saber se, quando se obtém o superávit primário à custa de carga tributária tão elevada, isso, de certa forma, não afeta o crescimento do PIB.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Certamente, a carga tributária é um dos pontos relevantes de discussão pela sociedade. O que se precisa ter em mente, numa dinâmica, quando se olha a evolução econômica do País, é que o Brasil usualmente se financiava por um processo inflacionário; passou a financiar-se pelo aumento do endividamento; mais recentemente, sentiu a necessidade de ter aumento na carga tributária para conseguir se financiar.

Controlados todos os elementos, entre eles o aumento das despesas correntes, e o Governo vem atuando nesse sentido — já mandou ao Congresso Nacional proposta de controle de despesas com pessoal do serviço público e uma outra regulamentação para dar previsibilidade à variação do salário mínimo —, é importante que a sociedade entenda que a redução da carga tributária é o próximo passo.

Há a previsão de que mandemos, até agosto deste ano, uma proposta de reforma tributária abrangente. Ela vai envolver não só os tributos federais, mas também os federativos. Será, certamente, um grande passo. Comemoraremos quando obtivermos uma redução na carga tributária, com efeitos notáveis sobre o crescimento do produto.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Obrigado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Godoy, sou leigo nessas matérias econômicas. Embora eu seja médico, há alguém aqui presente que é autoridade. Sou médico do interior e quem é do interior tem sempre menos informação, está sempre menos preparado.

Uma questão que temos a observar é o fato de que, num determinado período, no início do ano passado, 2006, entraram aqueles estímulos em direção à melhoria da dívida pública, a isenção de Imposto de Renda para não-residentes, a desoneração do Imposto de Renda e aquelas questões todas. E logicamente já havia crescido a participação do investidor externo na dívida pública mobiliária federal interna. Isso elevou muito nossa reserva cambial. Saímos de 60 bilhões, ou algo parecido, e chegamos hoje a 120 bilhões. Essa curva maior se deu antes até desse estímulo. Ela já havia ido para 2,41 em maio, quando em junho entrou em vigor...

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Qual a tabela que V.Exa. está utilizando, apenas para acompanhá-lo?



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - A da página 29. *(Pausa.)*

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - A da apresentação?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Exato.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Não achei a página 29.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Está na página 29, no canto inferior direito.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Jefferson, dá uma olhada para ver qual é.

(Não identificado) - É a outra versão que foi distribuída para os Parlamentares.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Correto, localizei.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Godoy, antes mesmo desse estímulo, já tínhamos uma participação que saiu de 0,69 em janeiro de 2005, atingiu 2,41 em maio de 2006 e em junho foram tomadas essas medidas no sentido de estimular o investidor externo a participar da compra dos nossos títulos. Talvez nem precisasse, porque já tinha ocorrido uma curva ascendente estimulada pela queda do Risco Brasil.

Mas o que quero entender é o seguinte: esse dinheiro vem para especulação, 99%. Logicamente vem para a compra de títulos não apenas da dívida pública interna, mas de títulos do mercado. Com isso entra esse volume todo de dólar, e o Brasil tem que ou emitir moeda ou colocar título no mercado pagando juros muito mais altos. O que não precisa, porque não precisa mais de reserva cambial, já tem muito dinheiro. Não precisamos mais que 80 bilhões, 100 bilhões. Estamos com 120 bilhões e não sabemos para quanto vamos daqui a 6 meses. Talvez 180 bilhões. E o Governo terá de emitir títulos, captar no mercado e pagar juros altos, porque a Taxa SELIC ainda é a mais cara em termos de juros reais. E aí o Ministro pode até disser que já estou lá na frente. Tenho certeza de que estamos entre os que pagam os juros reais mais altos do mundo.

O que me irrita e me deixa indignado... Eu já fazia essa análise do Governo anterior, porque não tenho dúvida de que tudo isso é também produto de uma dívida que vem lá de trás, de um processo de endividamento de um país maluco. Chegamos a pagar taxa de 45% no Governo anterior. A dívida interna brasileira saiu de 60 bilhões para 800 bilhões. Tenho conhecimento de tudo isso. Foi uma prática nociva devido às taxas de juros altos, mas continuamos a pagar os juros mais altos do mundo. Antes era porque não havia credibilidade; agora já há. O Risco Brasil está lá em baixo. Por que temos de pagar esses juros tão altos? Eu sei que V.Sa. não vai criticar aqui o Banco Central, por uma questão ética, o Ministro está aqui do lado, o ex-Ministro. V.Sa. vai me enrolar, mas não vai enrolar o Brasil, que critica isso. O setor empresarial, o setor produtivo, todo o mundo critica. E por que o Brasil não tem coragem? Se tem crédito, porque não tem coragem de baixar esses juros?

Estamos internando dólar, emitindo títulos, pagando juros altos e sangrando o País, pagando 500 milhões de reais de juros por dia. Com o dinheiro de 3 dias de juros é possível asfaltar toda a Cuiabá/Santarém. Com mais 2 dias é possível asfaltar toda a Transamazônica e com os juros de um dia é possível fazer uma eclusa de Tucuruí ou construir 50 mil casas populares a 10 mil reais cada.

Quando começam a afirmar da tribuna que o córrego tal inundou, que falta casa popular, fico pensando que temos que discutir isto aqui, que está na mão dos senhores. É isto que dá o rumo para o País crescer ou não crescer.

Gostaria que V.Sa. me explicasse, porque acho que isso influencia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço ao orador que conclua a sua interpelação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Estou falando muito?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. já duplicou o tempo disponível, que são 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Não, Presidente, é porque V.Exa. não está gostando da minha conversa, mas eu vou encerrar.

Há uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu não estou gostando é da transgressão do tempo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então fico aqui para ouvir.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Gostaria inicialmente de fazer uma pergunta a V.Exa., Deputado: em qual semestre de Medicina que se estuda Economia, pela precisão com que o senhor faz todo o raciocínio, e a lógica está muito adequada.

Antes, gostaria também de pedir permissão, Senador, para informar que a agência Fitch Ratings promoveu mais um *upgrade* ao Brasil. Estamos agora somente a 1 grau do grau de investimento, o que é uma outra grande conquista deste País e demonstra que de alguma maneira as políticas no seu todo estão consistentes, na medida em que as agências de *rating* e os investidores estão reconhecendo que o País está bem mais equilibrado em suas contas.

Quanto à pergunta básica do nobre Deputado sobre investimento estrangeiro, eu gostaria de apontar alguns elementos: primeiro, o investidor estrangeiro tem, culturalmente, uma propensão maior em investir no longo prazo. Então



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

vou me deter tão-somente em investimento na dívida pública, e não em outros investimentos que os investidores estrangeiros, percebendo que o Brasil é um país com grandes perspectivas, que suas finanças públicas estão sob equilíbrio, que temos um povo rico, que temos uma democracia consistente, eles estão exatamente tentando antecipar para poder obter as melhores condições. E esse investimento certamente é o que vai permitir que o País continue gerando emprego e aumentando a sua capacidade de produção.

No caso específico da dívida pública, se V.Exa. observar esse gráfico que me indicou, vai perceber que somente a partir de fevereiro é que o investidor estrangeiro aceitou adquirir títulos do Tesouro Nacional. Parece-me que V.Exa. está com um outro relatório que mostra, se não me engano na página 43, que a preferência desses investidores é por título de mais longo prazo.

Qual é a lógica? A lógica é a do coelho: coloca-se um investidor estrangeiro para adquirir títulos de mais longo prazo, ele vai na frente, cria um mercado, e isso facilita, faz com que a nossa dívida, que é uma dívida grande... Por isso que, independentemente da taxa de juros, que do ponto de vista de padrões internacionais ainda é muito alta, ainda é a menor taxa de juros nominais que este País já teve. De acordo com os padrões internacionais, a nossa taxa de juros é elevada, mas, de acordo com nossos padrões, estamos construindo um caminho. E a construção de um caminho prevê que se passe por todas as etapas.

Também sou, como brasileiro, torcedor para que consigamos reduzir nossas taxas de juros, mas, antes de ter tão-somente a redução da taxa de juros, é importante que esta taxa de juros venha em um ambiente que permita que se tenha estabilidade monetária, porque senão estaríamos trocando o tipo de financiamento e voltando para trás.

A idéia é deixar os investidores estrangeiros atuarem e puxarem o mercado, porque o mercado precisa de liquidez. O investidor brasileiro, conhecedor de todas as nossas mazelas passadas, tem uma resistência para investir em título de mais longo prazo muito maior do que o investidor internacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Interrompo o expositor para dizer que o seu tempo já esgotou.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Somente para consolidar, Senador. Qual é a estratégia? Primeiro, o volume é muito pequeno; segundo, do ponto de vista líquido, o Tesouro vem comprando dívida externa, portanto, emito 100 e compro 300 — então, não tem o efeito sobre o câmbio que V.Exa. julgou ter; terceiro, cria no mercado externo essa curva e no mercado interno se começa a ter possibilidade de alongar o seu prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Consulto o Deputado Giovanni Queiroz se quer exercer seu direito a réplica.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, gosto dessas provocações porque gosto de aprender. Quero aprender sempre. O fato é que, com essa injeção fácil para ganhar um juro maior, o Banco Central tem tido dificuldade para manter a taxa cambial do dólar num patamar mínimo que não viesse a sacrificar mais ainda alguns setores nacionais. Quer dizer, vários setores estão sendo sacrificados por essa taxa cambial de 2 reais o dólar. Então, essa facilidade de entrada de dólar tem realmente levado a dificuldades nesse sentido.

A outra questão é quanto ao superávit primário. Falarei rapidamente, Sr. Presidente. Hoje o Presidente está muito rigoroso no tempo.

Sr. Presidente, é apenas para uma explicação. O superávit primário caiu de 4,25...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Presidência aposta nos conhecimentos que V.Exa. tem de economia e finanças, mas sobretudo em seu poder de síntese.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é muito generoso.

Dr. Godoy, o fato é que mesmo com essa queda para 3.8 o Governo tem atingido isso com muita facilidade no decorrer do ano, até agosto e setembro atinge. Pelo menos no ano passado foi assim, em setembro já havia atingido. Quero dizer que, quando se faz o contingenciamento, e a lei prevê que se faça contingenciamento se houver uma frustração de receita no período, a cada bimestre — essa é a Lei nº 4.320, e a Lei de Responsabilidade Fiscal também faz o mesmo — o Governo, logo que publica o Orçamento da União, já faz também o decreto de contingenciamento.

Mas o que quero dizer é que o Brasil precisa ter pressa para investir, do contrário todos os anos só vai investir a partir de setembro e dessa forma não se investe nada, investe apenas 40%, 50% daquilo que tem previsto no Orçamento.

Minha sugestão é que se descontencie, porque não está havendo frustração de receita. Tenho acompanhado alguns dados do Banco Central e não tem havido frustração de receita. Tem havido um aumento de despesas correntes, mas que não atinge e não prejudica a meta fiscal — pelo menos é essa a leitura que pude fazer. Isso dificulta os investimentos e atrasa, logicamente, o crescimento do PIB, previsto para crescer este ano em torno de 4,5%, e queremos atingir 6%. Não sei se vamos ter fôlego para isso, mas o Brasil precisa atingir esse patamar.

Então, são essas 2 questões: primeiro, essa entrada facilitada de dólar não prejudica a questão da manutenção do câmbio ou o Governo também está trabalhando com essa âncora cambial para frear a inflação? Acho que esse não é o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mecanismo. Já vimos isso no Governo anterior e foi um desastre. A segunda questão é por que não descontingenciamos para permitir que o Estado comece a investir logo, uma vez que já tem caixa, pois o superávit primário está sendo atingido em cada período? Não é que vai atingir na totalidade dos 12 meses, mas pela seqüência natural.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY - Primeiro, Deputado, quero dizer que fácil é quando acaba o ano, durante o ano é sempre muito difícil. Mês a mês, tanto no Tesouro quando na SOF estamos ali ajustando centavo por centavo, não sobra um real, e as demandas suplantam, e muito, eventualmente alguma receita.

A facilidade da entrada do dólar está muito mais vinculada aos fundamentos da economia do que a taxa de juros. Tivéssemos nós fundamentos frágeis, institucionalidade frágil, o dólar não viria. A taxa de câmbio, obviamente, tem o seu impacto, mas quero dizer a V.Exa. que se, por hipótese, o Brasil descobre novas fontes de energia, o dólar ou a moeda estrangeira vem, porque vem o investidor. A entrada de dólar está altamente correlacionada com a credibilidade do País.

Então, obviamente, uma taxa de juros menor poderia trazer alguma coisa menor, mas ainda assim a pressão para que os investidores... E isso é positivo, porque V.Exa. mesmo está demandando investimento. De investimento direto na produção, temos 23 bilhões dólares previstos para este ano e 20 bilhões foram previstos no ano passado.

Então, V.Exa. tem de ponderar não só os custos, mas os benefícios disso. Como estou repassando a informação que já saiu no Broadcast, outra vez deve vir mais dólar, porque cada vez que o País se consolida como economia de mercado, como uma democracia punjante, com perspectivas de crescimento, os investidores vão à busca desse local seguro, o que de longe não é nada inadequado.

Finalmente, sobre a questão do descontingenciamento, o que se faz é uma projeção das receitas e despesas ao longo do ano inteiro. Este ano, só para se ter uma idéia, multiplicamos por mais de 5. Não sei exatamente o número, mas em relação ao volume de empenho já empenhamos 20% dos projetos previstos no PAC.

Então, toda a necessidade de dar mais celeridade, mais previsibilidade à programação orçamentária é feita tanto pela SOF quando pelo Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vignatti) - Srs. Deputados, cabe a mim fazer o encerramento desta reunião, tendo em vista que não há mais nenhum Deputado inscrito.

Quero fazer um agradecimento especial ao Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, à Secretária do Orçamento Federal, Célia Corrêa, que esteve aqui e precisou sair, ao Sr. Jorge Soares, que também esteve aqui, bem como aos Srs. Parlamentares presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está encerrada a presente reunião.